



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às 10:00 hs, no Gabinete da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, presentes os membros da Comissão de Gestão Orçamentária do TRT da 5ª Região, instituída pela Portaria TRT 0812/2010, de 08/06/2010, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 08/06/2010 as Exmas. Desembargadoras Dra. Ana Lúcia Bezerra Silva, Presidente da Comissão, e a Dra. Delza Maria Cavalcante Karr, os representantes da AMATRAV o Exmo. Desembargador Dr. Norberto Frerichs e os Exmo. Juíz Rubem Dias do Nascimento Júnior, ausente o Exmo Juiz Firmo Ferreira Leal em razão da sua participação em audiência anteriormente marcada, o Sr. Edivaldo Lopes Santana, Diretor Geral, a Sra. Cristiana Porto dos Santos, Secretária-Geral da Presidência, o Sr. Carlito Silva Miranda, Diretor da Secretaria Administrativa, o Sr. Tarcísio José Filgueiras dos Reis, Diretor da Secretaria de Planejamento e Economia, a Sra. Maria Regina Brito Martins, Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, a Sra. Iara Inês Chaimsohn, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia – SINDIJUFE – BA, o Sr. Zacarias Vitorino de Oliveira Filho, Assessor-Geral da Presidência. Aberta a reunião A Presidente da Comissão esclareceu sobre o ofício da AMATRA5 tratando de matéria pertinente a comissão. No que tange o teor do art. 1º. não vê óbice quanto a substituição do Presidente pelo Corregedor ou pelo Vice-Presidente. A Presidente cientificou ao Dr. Rubem a razão do caráter consultivo da comissão constituída através da portaria 812/2010, não vendo empecilho ainda sobre a substituição do termo. Não há impedimento para acesso aos dados do orçamento, pois deve ser assegurada a transparência da gestão. Quanto à questão relativa ao caráter consultivo, ressaltou que a edição da Portaria tomou como parâmetro o Regional da 10ª Região. O Dr. Rubem justificou a ausência do Dr. Firmo em razão da pauta em Ipiaú. Apresenta preocupação com que o orçamento atenda as necessidades de pagamento a peritos, ao auxílio alimentação, diárias a Juizes Substitutos e questiona a responsabilidade do TST sobre o pagamento da PAE2. O Dr. Norberto declara que sendo a primeira reunião a comissão se disponibiliza a ouvir as medidas que a Administração está adotando para executar o orçamento e elaborar a proposta orçamentária. Regina explica as medidas que estão sendo adotadas no sentido de preparar a proposta orçamentária. A Dr. Ana explica que posteriormente Regina apresentará os dados solicitados pelos membros da comissão. Edivaldo pergunta se as ações da SOF estão sendo alinhadas com o PE. Tarcísio informa que não. Regina explica que os valores de Assistência Judiciária foram solicitados pela SOF mediante pedido de crédito suplementar. O Dr. Rubem informa que mesmo tendo condições financeiras, a parte solicita o pagamento dos honorários periciais.. Edivaldo explica que o sistema de controle de perícias está quase concluído e que os pedidos de perícias sem crédito orçamentário disponível provoca um déficit de crédito orçamentário. A Dra. Ana informa que encontrou um déficit de mais de R\$1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais). O Dr. Rubem informa que a parte sucumbente não está ressarcindo a União o valor da perícia. Edivaldo informa que o crédito suplementar para pagamento do passivo foi solicitado e assim que for aprovado será quitado o débito. O Dr. Norberto pergunta como está a

OK. *[assinatura]*

[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

execução do orçamento em 2010 do AJPC. Regina informa que há um saldo de R\$350.309,98 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e nove reais e noventa e oito centavos), estando compatível com a execução no período financeiro já decorrido. O Dr. Norberto entende que há necessidade de uma medida mais rigorosa no que tange à nomeação dos peritos, o que importará em diminuição da despesa da União. A Dr. Ana informa que estes projetos estão sendo tocados pela SI e que estão sendo nomeados novos servidores para as SI para substituição dos funcionários terceirizados. O Dr. Rubem tratou da necessidade de atualização do parque de informática. Edivaldo informa que não há previsão orçamentária para atualização, pois foram descentralizados poucos recursos para a aquisição de microcomputadores. O Dr. Rubem informa que os micros de 500 megas não atende as necessidades do serviço. Tarcísio informa que vem acompanhando estas reuniões em outras regiões. Sugere que a parte do planejamento está a reboque da questão orçamentária e que é bom alguém da SI participar da comissão, pois há projetos de quantia expressiva. A comissão vai dar a possibilidade de todos os setores contribuírem com a administração. Apresenta aos presentes as ações relacionadas ao cumprimento das ações estratégicas do Tribunal mais especificamente relacionadas aos indicadores de gestão. Alguns dados de aquisições devem ser avaliados pela Secretaria de Planejamento e Economia para fins de apresentação de sugestões a DG quanto a eficiência do gasto. O Dr. Rubem informa que ontem recebeu o índice da meta contendo 56 processos para julgamento e na verdade há apenas 4, sendo que 3 dependem de perícia. Há dados inconsistentes nos sistemas fazendo com que o TRT5 apresente os piores números em relação à taxa de congestionamento. Edivaldo informa ao Dr. Rubem que não há atraso em 2010 relacionado a pagamento de peritos. O Dr. Rubem informa que há carência de mão-de-obra de peritos especialistas. Tarcísio sugere que nas reuniões sejam apreciados os projetos aprovados pelo Órgão Especial de forma que as inconsistências sejam logo sanadas, sugestão imediatamente aceita pela Presidente. O Dr. Norberto pergunta sobre o orçamento para a futura sede. A Presidente informa que a busca de crédito via CSJT e por meio de emenda de bancada são ações inviáveis. Informa que a contratação de banco público será efetivada no próximo mês de Julho. O Dr. Rubem informa que quando foi Presidente da AMATRA5 a CEF propôs a construção da sede o que não foi viável naquela oportunidade. A Presidente informa que foi proposta ao BB e a CEF a construção da nova sede em conjunto. Não foi aceita a proposta pelo Banco do Brasil. A Dr. Delza acha ideal a união dos dois bancos para construção. A Presidente acha viável a contratação de banco público. O Dr. Rubem informa que a transferência de bloqueio bancário para o BB é mais ágil. O Dr. Norberto disse que quando foi Diretor do Foro em Feira orientava o partilhamento dos depósitos entre o BB e a CEF. Regina repassa dados orçamentários para os Magistrados presentes. Carlito acha que a comissão não pode pensar somente em orçamento mas também em planejamento. Acha que deve ser diferenciado o que é estratégico do que é operacional. Que vem conversando com o Diretor Geral, com Tarcísio e com Regina sobre a importância da definição das ações estratégicas. Tarcísio informa que a cúpula deve acompanhar o

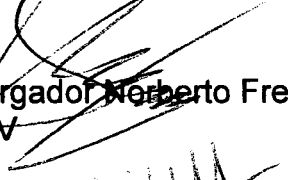


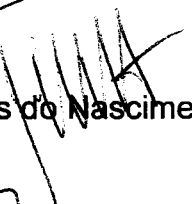
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

que os setores vem desenvolvendo para separar o que é estratégico e o que é operacional. Carlito entende que é necessário a Secretaria de Planejamento e Economia tomar ciência das ações que estão sendo desenvolvidas de modo que as aquisições sejam direcionadas por projetos estratégicos. A comissão deve desenvolver ações no sentido dos projetos estratégicos. O Dr. Norberto sugere que seja diminuída a periodicidade das reuniões, e que sejam disponibilizados dados sobre as reuniões de modo que o tempo seja melhor aproveitado e que as questões sejam entendidas antes da reunião. Sugestão aceita pela Presidente. Tarcísio sugere que os integrantes sugiram algumas questões para compor a pauta das reuniões. O Dr. Rubem sugere que a convocação seja realizada por mensagem de correio eletrônico. A próxima reunião fica marcada para o dia 05 de julho às 10:00 hs, sujeita a alteração caso a SOF não disponha da proposta orçamentária a ser encaminhada pela ASPO (CSJT). Nada mais para registrar foi encerrada a reunião sendo esta assinada pelos representantes.
Salvador, 15 de junho de 2010


Desembargadora Ana Lúcia Bezerra Silva
PRESIDENTE DA COMISSÃO


Desembargadora Delza Maria Cavalcante Karr


Desembargador Norberto Frerichs
AMATRAV


Juiz Rubem Dias do Nascimento Júnior
AMATRAV


Sr. Edivaldo Lopes Santana
DIRETOR-GERAL


Sra. Cristiana Porto dos Santos
Secretária-Geral da Presidência


Sr. Carlito Silva Miranda
Secretaria Administrativa

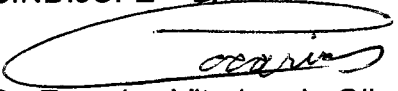

Sr. Tarcísio José Filgueiras dos Reis
Secretaria de Planejamento e Economia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Gabinete da Presidência


Sra. Maria Regina Brito Martins
Secretaria de Orçamento e Finanças


Sra. Iara Inês Chaimsohn
SINDIJUFE – BA


Sr. Zacarias Vitorino de Oliveira Filho
Assessor-Geral da Presidência